nos projetos de iniciativa reservada. Admiti-lo amplamente equivaleria a tornar letra morta a iniciativa privativa e, em conseqüência, a separação de funções entre os Poderes. Assim, nesses casos, o poder de emenda se restringe ao aperfeiçoamento do projeto, sendo vedado aos parlamentares desnaturá-lo, subtraindo a matéria à exclusiva iniciativa de seu titular.

Observe-se, ademais, que a inclusão do inciso VI ao artigo 1º, decorrente de emenda parlamentar e tendo por objeto matéria referente a servidores públicos, reservada à iniciativa legislativa do Chefe do Executivo, vulnera o artigo 24, §2º, 4, da Constituição Estadual.

Em suma, as alterações operadas no projeto original, e especialmente a supressão dos incisos assinalados, contrariam frontalmente o objetivo inicial da proposta, de minha autoria e exclusiva iniciativa, qual seja o de flexibilizar os Fundos Especiais de Despesa, facilitando a captação de recursos para os Institutos de Pesquisa e lhes proporcionando maior autonomia com vistas às finalidades e atribuições de tais entidades na condução das pesquisas a elas afetas.

Por conseguinte, cumprindo o meu dever de zelar pelos princípios constitucionais que orientam o processo legislativo e acolhendo as manifestações da Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público e das Secretarias de Estado diretamente interessadas nos Fundos Especiais de Despesa de que se trata - as Secretarias da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, de Agricultura e Abastecimento, da Saúde, do Meio Ambiente e de Economia e Planejamento -, oponho veto total ao Projeto de lei Complementar nº 37, de 1998, devolvendo a matéria ao reexame dessa nobre Casa de Leis.

Assim justificada a minha oposição, e fazendo publicar o veto, no Diário Oficial do Estado, nos termos do § 3º do artigo 28 da Constituição Paulista, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Mário Covas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Paulo Kobayashi, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 265/97

São Paulo, 30 de dezembro de 1998.

A-nº 153/98
Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, que, nos termos do artigo 28, §1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, resolvo vetar, totalmente, o Projeto de lei nº 265, de 1997, aprovado por essa ilustre Assembléia, conforme Autógrafo nº 24.132, pelas razões que passo a expor.

A propositura, de origem parlamentar, determina aos órgãos e entidades da administração estadual direta e indireta que notifiquem as Câmaras Municipais sobre a liberação de recursos estaduais para os respectivos Municípios. Outrossim, determina às Câmaras Municipais que estendam a comunicação acerca do recebimento dos recursos aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais com sede no Município.

Embora reconheça os elevados propósitos da medida, inspirados na Lei federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vejo-me na contingência de negar-lhe assentimento, pois que se revela flagrantemente inconstitucional.

Como tenho sustentado em casos análogos, porque se trata de imperativo decorrente do ordenamento jurídico, a competência para dispor sobre as atribuições dos órgãos e entidades componentes da Administração é privativa do Chefe do Executivo, nos termos do artigo 47, incisos II e IV, da Constituição Estadual, sendo-lhe igualmente reservada a iniciativa da lei que verse sobre a matéria, de acordo com o art. 61, § 1º, II, "e", da Constituição Federal, dispositivo que é de compulsória observância no âmbito dos Estados-membros, conforme pacífica jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal.

Nessa perspectiva, vislumbra-se que a iniciativa sob foco afronta o princípio da separação dos poderes, inscrito no art. 2º da Constituição Federal e reproduzido no artigo 5º, "caput", da Constituição Estadual.

No tocante às determinações dirigidas às Câmaras Municipais, a propositura não se alinha com o princípio da autonomia municipal, inscrito na Constituição Federal (artigos 18 e 29 a 31).

Devo destacar, ademais, que cabe à lei complementar dispor sobre matéria relativa ao acompanhamento, pelos Municípios beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações em receitas tributárias, nos termos do art. 161, II, da Constituição Federal, revelando-se a incompatibilidade da espécie normativa eleita, em confronto com os princípios que regem o processo legislativo.

Por derradeiro, esclareço que a Secretaria da Fazenda informou não estar em condições de atender à abrangente determinação constante da propositura, em virtude das peculiaridades do complexo sistema de distribuição de recursos municipais, especialmente os decorrentes de receitas tributárias.

No caso do I.P.V.A., por exemplo, a participação é imediatamente creditada ao Município em cujo território o veículo foi licenciado, por meio do próprio documento de arrecadação.

Já a participação no produto da arrecadação do I.C.M.S. é creditada aos Municípios de acordo com os diversos critérios estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990.

As parcelas pertencentes aos Municípios compreendem também os juros, a multa moratória e a correção monetária, quando os impostos são arrecadados com tais acréscimos.

O Banespa efetua os cálculos correspondentes, segundo o índice de participação de cada Município, o Departamento de Finanças do Estado emite a Programação de Desembolso, pelo valor total, e a Coordenação da Administração Tributária publica as quotas-partes dos municípios.

A participação em outras receitas é igualmente revestida de peculiaridades, como é o caso das multas por infração à legislação de trânsito, cada qual com critérios e prazos próprios estabelecidos em legislação específica.

Devido a essas dificuldades, o sistema de arrecadação contabiliza, em contas próprias, apenas os valores globais arrecadados e repassados, não chegando a nível de controles individuais.

Fundamentado, nesses termos, o veto que oponho ao Projeto de lei nº 265, de 1997, e fazendo-o publicar no Diário Oficial, em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo a matéria ao reexame dessa ilustre Casa Legislativa.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Mário Covas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Paulo Kobayashi, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

VETO PARCIAL

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 485/98

São Paulo, 30 de dezembro de 1998

A-nº 148/98
Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, que, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, resolvo vetar, parcialmente, o Projeto de lei nº 485, de 1998, aprovado por essa nobre Assembléia, conforme Autógrafo nº 24.243.

De minha iniciativa, a propositura foi apresentada com a finalidade de alterar a Lei nº 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, objetivando especificamente conceder isenção da referida taxa, na hipótese que indica.

Durante a tramitação legislativa, a proposta sofreu modificação consubstanciada em emenda parlamentar, que introduziu na proposta original dispositivos alterando a Lei nº 4.476, de 20 de dezembro de 1984, que estabelece o Regimento de Custas e Emolumentos.

Em que pese, todavia, o respeito que sempre dispensei às deliberações dessa Casa, não posso dar meu assentimento aos preceitos decorrentes da emenda em apreço, fazendo, portanto, recair o veto sobre os artigos 2º e 3º do projeto, assim como sobre as Tabelas que passaram a integrar o texto, pelas razões a seguir expostas.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, conforme salientado acima, minha proposta inicial diz respeito unicamente à Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. Já as regras acrescentadas ao projeto por força da emenda parlamentar disciplinam assunto inteiramente diverso, estabelecendo normas e tabelas atinentes a custas e emolumentos.

Nessa perspectiva, é bem de ver que a emenda que deu origem aos preceitos impugnados não tem a característica de proposição acessória, assumindo, na realidade, a feição de verdadeiro projeto autônomo em relação à proposta original, circunstância que, aliás, não passou despercebida ao nobre Relator Especial em substituição ao da Comissão de Serviços e Obras Públicas desse colendo Parlamento, no Parecer nº 2060, de 1998.

Assim, é forçoso concluir que a aceitação de emenda com tais características acarretou séria ofensa aos postulados constitucionais superiores referentes ao processo de formação das leis, consubstanciados, entre outras regras, no próprio Regimento Interno dessa Casa, que veda a aceitação de emendas não relacionadas direta ou imediatamente com a matéria da proposição principal (artigo 174).

Sob prisma diverso, anote-se que o sistema de repartição de competências entre os entes federados, adotado pelo vigente ordenamento constitucional, reserva à União a atribuição de estabelecer normas gerais para a fixação dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, segundo resulta da norma inscrita no § 2º do artigo 236 da Constituição Federal.

Editada nos limites da competência da União para dispor sobre a matéria, a Lei federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 regulamentou o mencionado preceito constitucional, dispondo no artigo 45, com a redação dada pela Lei federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, que são gratuitos os assentos do registro civil de nascimento e óbito, bem como a primeira certidão respectiva.

Tal preceito tem, portanto, o nítido caráter de norma geral, limitando, no que diz respeito à matéria em questão, a competência legislativa dos Estados-membros.

Ora, o sistema resultante da emenda sob exame prevê, expressamente, formas de retribuição daqueles atos. Nessa linha, de fato, dispõe que uma parcela de 5% das custas atribuídas ao Estado deverá ser destinada ao custeio dos atos de registro civil declarados gratuitos pela lei, estipulando, ainda, que a remuneração dos oficiais de registro civil pela prática dos referidos atos será decorrente dessa parcela, devendo ser efetuada de acordo com os valores estabelecidos na Tabela de emolumentos que acompanha a lei.

Com esse conteúdo, torna-se evidente que as disposições em tela pretendem, na realidade, infringir

mar a regra de gratuidade estabelecida pelo Poder Central com a natureza de norma geral, incidindo, pois, em claro vício de inconstitucionalidade, por usurpação de competência legislativa da União.

Não é só. Como já salientado, por força da sistemática que se pretende instituir, parte das custas devidas ao Estado deverá ser "destinada ao custeio dos atos de registro civil declarados gratuitos pela lei" e recolhida pelo notário ou registrador diretamente a entidade representativa da categoria, para repasse aos oficiais de registro civil.

Vale dizer, cuida-se, em última análise, de destinar parte do patrimônio público (custas devidas ao Estado) para retribuição de serviços que, nos precisos termos da regra inscrita no artigo 236 da Constituição Federal, são exercidos em caráter privado, com a agravante de que tais recursos terão por finalidade remunerar os oficiais de registro civil pela prática de atos que a lei declara gratuitos, ostentando, portanto, a medida, também sob esse aspecto, manifesta incompatibilidade com a ordem constitucional.

Ainda não é tudo. A questão deve ser enfocada também sob outro ângulo.

Trata-se da pretendida destinação da parcela de 5% ao Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo ou a entidade representativa da categoria indicada pelo Poder Executivo, para repasse aos oficiais de registro civil de pessoas naturais, de acordo com as regras fixadas na propositura.

Nesse particular, lembro que a disciplina jurídica relativa aos sindicatos integra o campo do Direito do Trabalho, estando contida, basicamente, na Consolidação das Leis do Trabalho, por força da competência da União para legislar sobre esse ramo do direito.

Diante disso, é possível concluir que, em face da competência acima invocada, qualquer medida ligada ao assunto só pode emanar da União, sendo vedado ao Estado-membro estabelecer normas a respeito, como as inseridas no texto pela emenda, interferindo diretamente na administração, atribuições e gestão financeira de entidade sindical, o que reforça a existência do vício de inconstitucionalidade apontado.

De todo o exposto, resulta evidente que as normas contidas no artigo 2º usurpam competência privativa da União, vulnerando o princípio federativo - cujo núcleo reside precisamente na divisão de competências administrativas, legislativas e financeiras entre os entes federados -, tornando impositivo o presente veto.

No que toca ao artigo 3º, registro que o veto a esse dispositivo é decorrência natural da impugnação ao sistema preconizado pela emenda, em nada afetando, entretanto, a contribuição instituída pela Lei nº 3.724, de 14 de março de 1983, que continuará a ser recolhida na forma da legislação vigente.

Do ponto de vista de mérito, não posso deixar de assinalar que as normas acrescentadas ao projeto se mostram abertamente contrárias ao interesse público, por acarretarem significativo e inoportuno aumento do preço final dos serviços notariais e de registro, onerando os usuários de forma inadmissível.

Assim justificado o veto parcial ao Projeto de lei nº 485, de 1998, e fazendo-o publicar no Diário Oficial, em atendimento ao artigo 28, § 3º, da Constituição do Estado, restituo o assunto ao reexame dessa ilustre Casa de Leis.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Mário Covas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Paulo Kobayashi, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

DECRETOS

DECRETO N.º 43.737, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998

Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975 e aprova Convênios, Protocolos e Ajuste SINIEF

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 4º da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975,

Decreto:

Artigo 1º - Ficam ratificados os Convênios ICMS 114/98, 116/98, 117/98, 119/98, 128/98, 130/98 e 131/98, celebrados em Ouro Preto, no dia 11 de dezembro de 1998, publicados na Seção I, páginas 91 a 102, do Diário Oficial da União, de 17 de dezembro de 1998.

Artigo 2º - Ficam aprovados os Convênios ICMS 107/98, 108/98, 124/98, 125/98, 126/98, 132/98 e 133/98, o Convênio ECF-02/98, os Ajustes SINIEF 09/98, 10/98 e 11/98, os Protocolos ICMS 35/98, 36/98, 37/98, 38/98 e 41/98, publicados na Seção I, páginas 91 a 102 e 105, do Diário Oficial da União, de 17 de dezembro de 1998, todos celebrados em Ouro Preto, no dia 11 de dezembro de 1998, e o Protocolo ANP nº 14/98, celebrado em 30 de outubro de 1998, entre o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria da Fazenda, e a União Federal, por intermédio da Agência Nacional do Petróleo - ANP, para estabelecer procedimentos relativos à compensação, pela ANP, da perda de arrecadação decorrente da outorga de benefícios fiscais relacionados com o álcool hidratado combustível, conforme Extrato do Protocolo publicado no Diário Oficial da União de 02 de dezembro de 1998, Seção III, página 1.

Parágrafo único - Independará de outro ato deste Estado a aplicação do disposto nos Protocolos aprovados por esta cláusula.

Artigo 3º - Passam a vigorar com a seguinte redação os artigos 47 e 48 das Disposições Transitórias do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, aprovado pelo Decreto nº 33.118, de 14 de março de 1991:

"Artigo 47 - Até 30 de junho de 1999, o estabelecimento frigorífico enquadrado no Código de Atividade Econômica (CAE) 42.000 de que trata o artigo 351-A do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, aprovado pelo Decreto nº 33.118, de 14 de março de 1991, poderá transferir para estabelecimento varejista ou industrial situado neste Estado, simultaneamente à operação de remessa de produtos comestíveis resultantes do abate de gado bovino ou suíno e na própria Nota Fiscal dessa remessa, crédito do imposto acumulado a partir de 1º de novembro de 1996, em razão da ocorrência prevista nos incisos I e II do artigo 68 do Regulamento do ICMS e vinculado à entrada de gado em pé bovino ou suíno de outro Estado, e crédito recebido em transferência de estabelecimento de produtor do gado bovino ou suíno, desde que o imposto transferido não seja superior ao correspondente à carga tributária máxima de 5% (cinco por cento) do valor da operação (Lei 6.374/89, artigo 46).

Parágrafo único - Para aplicação do disposto neste artigo observar-se-á disciplina a ser estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 48 - Até 30 de junho de 1999, o estabelecimento de produtor pecuarista de gado bovino ou suíno poderá transferir crédito que possuir em razão da atividade de engorda desses gados para estabelecimento fornecedor, a título de pagamento de aquisição de máquinas e implementos agrícolas, necessários a essa atividade (Lei 6.374/89, artigo 46).

§ 1º - As máquinas e os implementos agrícolas a que se refere este artigo são os discriminados na relação a que se refere o item 7 do § 1º do artigo 54 do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, aprovado pelo Decreto nº 33.118, de 14 de março de 1991.

§ 2º - Para aplicação do disposto neste artigo observar-se-á disciplina a ser estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1998
MÁRIO COVAS
Yoshiaki Nakano
Secretário da Fazenda
Fernando Leça
Secretário-Chefe da Casa Civil
Antonio Angarita
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 30 de dezembro de 1998.

OFÍCIO GS-CAT Nº 806/98

Senhor Governador,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que ratifica os Convênios ICMS-114/98, 116/98, 117/98, 119/98, 128/98, 130/98 e 131/98, aprova o Convênio ECF-02/98, os Convênios ICMS 107/98, 108/98, 124/98, 125/98, 126/98, 132/98 e 133/98, os Ajustes SINIEF-09/98, 10/98, 11/98 e os Protocolos-ICMS-35/98, 36/98, 37/98, 38/98 e 41/98, todos celebrados em Ouro Preto, no dia 11 de dezembro de 1998, e o Protocolo ANP nº 14/98, celebrado em 30 de outubro de 1998.

Apresento, assim, resumidas explicações sobre os dispositivos que compõem a minuta anexa.

Preliminarmente é de se destacar que a ratificação dos mencionados convênios, celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, decorre da exigência a que se refere o artigo 4º dessa lei, cujo "caput" está assim redigido:

"Artigo 4º - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contado da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo."

É de se esclarecer que, obedecendo a praxe de há muito observada, deixam de ser apresentados para ratificação os Convênios ICMS-106/98, 109/98, 110/98, 111/98, 112/98, 113/98, 115/98, 118/98, 120/98, 121/98, 122/98, 123/98, 127/98, 129/98, 134/98, 135/98 e 136/98, por tratarem de matéria de exclusivo interesse do Distrito Federal e dos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. A ratificação desses convênios dar-se-á tacitamente, conforme dispõe o transcrito "caput" do artigo 4º da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, em sua parte final.

O artigo 1º ratifica os convênios no início referidos, que estabelecem o seguinte:

1 - o Convênio ICMS-114/98 inclui novos medicamentos no Convênio ICMS-51/94, de 30.06.94, que concede isenção do ICMS para operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS;

2 - o Convênio ICMS-116/98 concede, até 31.10.99, isenção do ICMS para as operações com preservativos e estabelece, como condição deste benefício, tão-somente o abatimento, do preço da mercadoria, do valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, diferentemente do que ocorre atualmente, em que são impostas outras condições;